

Recensão Crítica

Birnbaauer, B. (2019). *The rise of nonprofit investigative journalism in the United States*. New York, NY: Routledge, 236 pp.

Hamilton, J. T. (2016). *Democracy's detectives. The economics of investigative journalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 384 pp.

Starkman, D. (2014). *The watchdog that didn't bark: The financial crisis and the disappearance of investigative journalism*. New York, NY: Columbia University Press, 368 pp.

https://doi.org/10.14195/2183-6019_14_10

A crise do mercado hipotecário norte americano, cujos efeitos se fizeram sentir, sobretudo, no triénio 2007-2009, afirma-se chave de leitura destes três livros: Dean Starkman aprofunda as consequências da ausência do jornalismo de investigação (p. 251) nos anos que antecederam “a pior crise económica depois da Grande Depressão” (Reuters, 2009, *apud* Birnbaauer, p. 5); James T. Hamilton prova-nos que o valor social do jornalismo de investigação justifica que nele se invista, sobretudo nos períodos em que a investigação jornalística está ameaçada (pp. 9, 316); Bill Birnbaauer estuda profundamente as consequências da crise de 2007-2009 no jornalismo de investigação (pp. 39, 42-46, 50).

Ainda que a abordagem que os três autores fazem das consequências da crise de 2007-2009 no jornalismo de investigação seja distinta, a conclusão a que chegam sobre o papel que o jornalismo de investigação desempenha na democracia é a mesma.

Na análise crítica que faz aos três livros, Michael Schudson enaltece, exatamente, esse princípio geral. Nas obras de Starkman e Hamilton, o

comentário do professor de Columbia surge destacado nas respetivas contracapas. Sobre *Democracy's detectives*, Schudson realça que este livro representa “uma impressionante prova da importância do jornalismo para a democracia”; por seu lado, *The watchdog that didn't bark*, reflete “uma análise poderosa e perturbadora sobre a forma como o jornalismo económico e financeiro passou a servir uma audiência de investidores e não de cidadãos”. No prefácio da obra de Birnbaauer, o professor de Columbia apura as consequências da crise de 2007-2009 no jornalismo de investigação e conclui que esse período “enfatizou, talvez como nunca antes, a centralidade da reportagem de investigação como o coração do jornalismo” (p. xv).

Starkman e Birnbaauer (sobretudo estes dois autores) revelam-nos interpretações divergentes sobre as consequências que a distorção capitalista desse período tiveram no jornalismo de investigação - o primeiro a garantir-nos que “o cão de guarda não ladrou”, enfatizando os efeitos da ausência desse escrutínio antes e durante a crise do mercado hipotecário (p. 4); o segundo a conseguir

provar-nos que nesse período “as redações mantiveram ou até reforçaram as equipas de investigação” (p. 50) – mas um e outro, a que se junta Hamilton, concordam no essencial – o jornalismo de investigação é determinante para a democracia. Mesmo que os jornalistas americanos, como escreve Schudson no prefácio da obra de Birnbaauer, “no meio da desordem retórica” possam exagerar na interpretação desse poder (p. xv), os três autores enfatizam as especificidades do jornalismo de investigação: “é uma Espada de Dâmocles sobre a cabeça de políticos, funcionários públicos, empresários” (Birnbaauer, pp. 2, 3); “desempenha papel essencial no jornalismo americano. É distintivo... escrutina o exercício do poder” (Starkman, p. 9); “é proclamado pelos impactos que gera... pelas mudanças que produz” (Hamilton, p. 10).

É, pois, nesta relevância que se fixam os três autores; e é também a partir dela que nos podemos fixar em Jürgen Habermas. Na sua primeira grande obra de referência, o filósofo alemão reconhecia ao jornalismo, e aos meios de comunicação social, um papel determinante para a formação

de uma opinião pública crítica, essencial para escrutinar a ação do Estado e consolidar a democracia.

A partir do trabalho dos três autores percebemos que esse escrutínio da ação política está, neste nosso tempo, cada vez mais dependente do jornalismo de investigação.

Dean Starkman recorre a James Carey para amplificar o poder do jornalismo enquanto veículo promotor da comunicação no espaço público, mas também para nos expressar os riscos que um jornalismo destituído desse atributo representa para a sustentação da democracia: um jornalismo mera câmara de ressonância “trata os leitores como objetos e não como sujeitos da democracia” (Carey, citado em Starkman, p. 298).

Este jornalismo comercial, cuja gênese encontramos no século XIX, foi fielmente caracterizado por Jürgen Habermas em 1962, quando o filósofo alemão descreve o tempo em que os “jornais... se desenvolvem como empresas capitalistas”: “Na exata proporção [desta] sua comercialização, a própria imprensa torna-se manipulável ... torna-se uma porta de entrada de interesses privados

privilegiados para a esfera pública” (2012, p. 318).

Starkman considera que esse jornalismo comercial, desligado do compromisso com o público, produz o efeito do “hamster na roda” (p. 248). A metáfora atribuiu significado ao papel do jornalista, mas também aos reflexos negativos que a rotina produtiva impõe aos destinatários da mensagem jornalística: “Os jornalistas descobrem-se a si próprios amarrados à secretária, dependentes das fontes oficiais para fazerem as histórias, privados do privilégio do tempo que lhes permitiria recuar, aprofundar, ou apenas pensar”. Continua Starkman, “os leitores são confrontados com um dilúvio de informação, gerada, na sua maioria, por fontes do mundo empresarial” (p. 248). Presos à rotina imposta pelo ritmo de produção e distribuição de informação, os jornalistas até poderão “descrever a paisagem, mas terão menos tempo para levantarem as pedras” (Waldman, citado em Starkman, p. 248).

Metaforicamente, de novo, os segredos que o jornalismo de investigação tenta desocultar estão debaixo das pedras. Ou como escreve

Hamilton: “A reportagem de investigação envolve trabalho original, sobre matérias relevantes, que alguém quer que permaneçam secretas” (p. 10).

É o efeito desse segredo que preocupa os três autores, ainda que as preocupações se expressem a partir de ângulos de análise distintos. Se Hamilton reforça que a “ignorância do público significa poder para as instituições” (p. 315), porque ninguém reclama o seu escrutínio, Starkman complementa que a responsabilidade pela “falta de atenção das pessoas” deve ser apontada ao jornalismo: “É o jornalismo que deve perguntar onde falhou e o que não fez”. E a resposta, aos olhos de Starkman, é simples: o jornalismo “deixou de fazer” “reportagem de investigação”. Fê-la “durante mais de um século”; deixou de a fazer “quando mais precisamos” dela (p. 251).

Estes dois autores entendem que a crise do jornalismo de investigação é um reflexo direto do mercado - sobretudo da crise do mercado hipotecário americano, que explodiu em 2008 - e da revolução digital. Ambas “desintegraram o negócio dos media”. Essa confluência

negativa, continua Starkman, trouxe associada uma “crise de valores”, um “desinvestimento nas competências e cortes permanentes, especialmente no jornalismo de investigação” (p. 246). “O poder dos repórteres”, afirma Starkman, “diminuiu, da mesma forma que o das administrações aumentou”. “As vozes dissidentes praticamente desapareceram” das redações (p. 245). Como assinala Hamilton, o percurso em direção à irrelevância do jornalismo de investigação e daqueles que o praticam tem o seu esteio na “economia do digital”: os “baixos custos de acesso” à informação e a “distribuição rápida e barata” estão a “pôr em risco” a investigação jornalística – “mais dispendiosa”, mas produtora de “impacto social” (p. 316).

Bill Birnbauer, por seu lado, sem desvalorizar as consequências que a crise de 2007-2009 teve no jornalismo em geral – “milhares de jornalistas, sobretudo os mais velhos e experientes, perderam o emprego... jornais de referência recorreram a apoio financeiro, muitos fecharam as edições impressas... o modelo de negócio colapsou” (p. 38) – e recusa

a ideia de que o jornalismo de investigação tenha sido a vítima principal. Pelo contrário.

O autor australiano parece responder diretamente a Starkman, quando o jornalista-académico norte-americano sustentava que “o cão de guarda deixou de ladrar”. Birnbauer usa o título de um estudo de Knobel (2018) para demonstrar, exatamente, o contrário, que “o cão de guarda ainda ladra” (p. 55). Birnbauer recorre a diversos dados e estudos (Candidaturas ao Prémio Pulitzer na secção *investigação jornalística* entre 2005 e 2014; Número de membros da *Investigative Reporters and Editors Organization*; Estudo de Downie e Schudson, de 2009; Estudo do *Pew Project for Excellence in Journalism*, de 2008; Pesquisa de Lanosga e Houston, publicada em 2017; e ao já citado trabalho de Knobel, de 2018, entre outros) para provar isso mesmo: antes e depois da crise de 2007-2009 “os jornalistas continuaram a acreditar no papel de cão de guarda do jornalismo” (p. 56). “A cultura e os valores do jornalismo profissional ajudam-nos a compreender as razões que levaram as redações a preservar

as equipas de investigação, apesar dos custos associados, do número reduzido de histórias e das complicações legais e outras” (p. 52).

Recordando-nos as diversas teses de académicos e de jornalistas que apregoavam o contrário - que o jornalismo de investigação foi a principal vítima da crise (p. 46), Birnbauer conclui que essa “sabedoria convencional” acabou por gerar “milhões de dólares” em doações para as entidades não lucrativas dedicadas ao jornalismo de investigação que, a partir de 2007, verdadeiramente explodiram nos Estados Unidos da América (pp. 58, 64).

Como o próprio Birnbauer reconhece, a explosão dessas entidades não substitui as perdas registadas no jornalismo tradicional (p. 2), nem garante futuro ao jornalismo de investigação (p. 7). A dependência, quase exclusiva, do financiamento de fundações – entidades cujo objeto e interesses podem mudar de um ano para o outro – aumentam o grau de incerteza destas entidades e forçam os seus responsáveis a envolverem-se na angariação de fundos que as sustentem (p. 7).

Apesar do grau de incerteza associado a este modelo de financiamento, Birnbauer acredita que o futuro do jornalismo de investigação manterá uma estreita ligação com o setor não lucrativo (p. 201). Afinal, como reconhece o jornalista-acadêmico australiano, a expressão da investigação jornalística no decurso da história não tem sido particularmente relevante (p. 203). Hamilton concorda: “O jornalismo de investigação é mais discutido do que praticado” (p. 14); uma constatação que leva o professor de Stanford a enaltecer o impacto social produzido pelos trabalhos de investigação jornalística: “Suplantam-se em termos de influência” (p. 9).

James T. Hamilton analisa a relevância social do jornalismo de investigação a partir da lente da economia, disciplina que está na base da sua formação académica. O responsável pelo departamento de comunicação e diretor do programa de jornalismo da universidade norte-americana usa, todavia, a economia como instrumento de análise da relevância social e financeira do jornalismo de investigação, para concluir que “cada dólar investido, por uma empresa jornalística,

num trabalho de investigação pode gerar centenas de dólares em benefícios para a comunidade” (p. 279). Essas “repercussões positivas que transbordam da investigação jornalística são aquilo a que os economistas chamam externalidades positivas” (p. 24).

Hamilton deteta externalidades positivas no jornalismo de investigação sempre que este revela redes de crime organizado que, depois de desmanteladas, reforçam a segurança da comunidade. À mais-valia social alcançada com a publicação da matéria, junta-se a “possível recompensa da maior atenção dos leitores existentes”, mas também a possibilidade de surgirem novos subscritores e novos anunciantes (p. 24). Mas a externalidade positiva mais relevante é, todavia, a da credibilidade. A credibilidade do jornalista e da organização onde trabalha contribuirá, certamente, para lhe garantir o tempo e o financiamento que a investigação reclama. Como escreve Hamilton, “a reputação alcançada com um trabalho consistente cria a marca e reduz a incerteza” (p. 18).

Cada história de investigação jornalística percorre um longo

trajeto de incerteza: a incerteza do desfecho (que interesses revelados ou a revelar conseguem travar a história? que riscos lhe poderão apressar o fim?) (Hamilton, p. 279; Starkman, p. 11; Birnbauer, p. 42), a incerteza dos custos (terá a organização vontade e capacidade para financiar a história inteira se ela não lhe garantir retorno financeiro imediato?) (Hamilton, p. 11; Starkman, p. 310; Birnbauer, p. 52), a incerteza do impacto (revelará a investigação uma história original, passível de provocar a mudança na sociedade?) (Hamilton, p. 219), a incerteza do próprio jornalista (num tempo em que a responsabilidade pela investigação é inteiramente assumida pelo jornalista, será que ele próprio resiste?) (Starkman, p. 245).

O jornalista de investigação resiste. Por ser o “repórter da informação inconveniente”, “deliberadamente ocultada”; por revelar uma “predisposição para escavar”, David Anderson e Peter Benjaminson atribuem ao jornalista de investigação uma “personalidade específica” (1976, p. 3).

Os três autores destacam alguns desses jornalistas.

Hamilton e Starkman descrevem-nos a forma como Michael Hudson (Starkman) e Pat Stith (Hamilton) alcançaram, com as matérias que publicaram, o patamar superior da credibilidade individual, contribuindo para o reforço da credibilidade da publicação para onde escreviam. Birnbauer destaca todos os jornalistas de investigação cuja “credibilidade e reputação profissional” se revelou decisiva para prolongar a vida do jornalismo de investigação durante os anos da crise de 2007-2009. “O capital jornalístico que alcançaram ao longo dos anos” revelou-se “fator significativo quando as fundações decidiram atribuir bolsas” às entidades não lucrativas dedicadas ao jornalismo de investigação (p. 29): “Eles trouxeram consigo décadas de conhecimento ... e reputação” (p. 7). São também esses jornalistas, conclui Birnbauer, que conseguem manter firme a muralha ética que separa o jornalismo dos eventuais interesses dos doadores. Daí a pergunta: “O que irá acontecer quando esses jornalistas se retirarem e forem substituídos por outros de pensamento mais corporativo e menor cultura jornalística?” (pp. 182-183).

Hamilton e Starkman apresentam-nos dois defensores da muralha ética.

“Quem é Michael Hudson e em que canto da terra fica esse *Southern Exposure* (o semanário de Pittsburgh onde Hudson trabalhava)?” (p. 6). A pergunta retórica de Starkman responde à apreensão do leitor que, em 2014, ano da publicação do livro, ainda desconheceria o jornalista “de assuntos urbanos” que, entre 2003 e 2006, nos anos que antecederam a crise do mercado hipotecário norte-americano, foi um dos sete jornalistas que Starkman distinguiu¹ por ter investido no jornalismo de

investigação, publicando matérias que foram verdadeiros sinais de alarme que pré-anunciaram o colapso (p. 286). Se os jornais especializados em economia e finanças se limitaram a reproduzir os “enquadramentos pré-definidos”, que consideravam os sinais de alerta “meros riscos” do sistema financeiro, Hudson mostrou que o problema do sistema financeiro era muito mais profundo; o problema, “como investigações posteriores amplamente demonstraram, era a corrupção sistémica” (p. 254).

James T. Hamilton destaca um outro jornalista de investigação, Pat Stith.

Stith foi jornalista de investigação durante 36 anos, entre 1969 e 2005. Trabalhou sempre no seu Estado natal, a Carolina do Norte, primeiro no *Charlotte News* e, a partir de 1971, no *News Observer*, onde a reputação que alcançou o fez disfrutar do privilégio do tempo (p. 211).

James T. Hamilton fez um estudo sobre a absorvente carreira de Stith².

1 Dean Starkman coordenou o estudo – *Power Problem*, publicado em 2009, na *Columbia Journalism Review*. Starkman e dois investigadores pediram às nove publicações especializadas em jornalismo financeiro, que consideravam mais relevantes no panorama jornalístico norte-americano, que seleccionassem os seus melhores trabalhos entre 2004 e 2006, onde pudessem ser percebidos sinais de alerta sobre a crise de 2008. *Power Problem* revela “a ausência de histórias de investigação” que questionassem as poderosas instituições de *Wall Street* sobre as “práticas mais básicas associadas aos seus negócios”. Nesse período, conclui o estudo, “o cão de guarda não ladrrou” (p. 4). “As publicações especializadas, por muito sofisticadas que tivessem sido, revelaram uma inocência surpreendente sobre o mercado hipotecário” (p. 254).

2 James T. Hamilton analisou 314 reportagens de Stith, publicadas durante os 36 anos dedicados ao jornalismo de investigação, destacando a “vontade” de Stith em fazer “histórias complexas, que gerassem mudanças significativas” na comunidade (p. 219).

O estudo de Hamilton é demonstrativo do impacto social que as histórias de investigação alcançam. As mudanças provocadas por Stith salvaram vidas, criaram leis, provocaram o despedimento de funcionários corruptos e a readmissão de outros injustamente despedidos. Esta trajetória gerou, igualmente, uma mais-valia financeira para a comunidade, que o estudo de Hamilton quantifica em 4,7 milhões de dólares em benefícios diretos (p. 229).

O trabalho dos jornalistas destacados pelos três autores reflete, afinal, o “método pessoal para disciplinar a curiosidade”, baseado no “conhecimento cético” que Bill Kovach e Tom Rosenstiel associam ao jornalista de investigação (2010, p. 153). “Eu duvido disso” era esse, aliás, como escreve Hamilton, o “mantra” que orientava as investigações de Stith (p. 208).

“Ter tempo para fazer as coisas bem-feitas”, “verificar três vezes cada facto”, passar “longas horas em estudo intenso e preparação”, eis os pontos chave do método de Stith que Hamilton destaca (p. 259).

Ver para lá da névoa que oculta o segredo – eis o que distingue todos

estes jornalistas. É esse trabalho distintivo, afinal, que exigimos ao jornalismo de investigação.

Referências bibliográficas

- Habermas, J. (2012 [1962]). *A transformação estrutural da esfera pública. Investigações sobre uma categoria da sociedade burguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Anderson, D., & Benjaminson, P. (1976). *Investigative reporting*. Bloomington and London: Indiana University Press.
- Kovach, B., & Rosenstiel, T. (2010). *Blur: How to know what's true in the age of information overload*. New York, NY: Bloomsbury.

